



[Handwritten signature]

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO E RECURSOS HUMANOS

Parecer

Relativo à Proposta n.º 467/2015 – “Empréstimo até 25 milhões de euros destinado à cobertura de necessidades de investimento da CML”.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/_____/_____

ENT 2394/SG/DAOSM/GAAM/2015

DATA 27/07/2015

Gráda Lima

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Através da Proposta n.º 467/2015¹, subscrita pelo Vereador João Paulo Saraiva, titular dos Pelouros das Finanças e dos Recursos Humanos, submete-se à Assembleia Municipal de Lisboa [AML], para efeitos de autorização, o programa de investimentos constante do Anexo I à Proposta e, bem assim, a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo necessária à sua concretização².

Tendo a Proposta sido remetida, por despacho da Presidente da AML, Helena Roseta, datado de 20 de Julho de 2015, para a 1.ª Comissão Permanente – Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos, a fim de ser apreciada e, consequentemente, emitido parecer até 27 de Julho de 2015, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da AML para o mandato 2013-2017³.

2. CONSIDERANDOS

2.1. Conteúdo da Proposta

No âmbito do disposto no artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro⁴, o Município de Lisboa pretende contratar um empréstimo até ao montante de 25 milhões de euros para cobertura das necessidades de investimento constantes do Anexo I à Proposta, nas condições fundamentais expressas no ofício convite que constitui o Anexo II à Proposta.

Foram convidadas a apresentar proposta nove instituições financeiras autorizadas por lei a conceder crédito, das quais seis apresentaram proposta, sendo que a mais favorável para o Município é a apresentada pelo Banco Português de Investimento (BPI) como resulta patenteado no Anexo III à Proposta.

¹ Doravante designada apenas por Proposta.

² Nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, do n.º 2 do artigo 51.º e do n.º 5 do artigo 49.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

³ Aprovado pela Deliberação n.º 58/AML/2014, de 18 de Março, e publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1048, de 20 de Março de 2014. Daqui em diante denominado apenas por Regimento.

⁴ Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

O Município cumpre os limites de endividamento previstos no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, conforme se demonstra no Anexo IV à Proposta.

Os investimentos constantes do Anexo I ultrapassam 10% do investimento previsto no Orçamento do Município para 2015 (Orçamento após a 9.ª alteração orçamental), que ascende a 146,3 milhões de euros, pelo que os mesmos têm de ser objecto de autorização pela AML⁵.

Nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do diploma legal acima identificado, os empréstimos que se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, como se verifica no caso em apreço, terão de ser aprovados por maioria absoluta dos membros da AML em efectividade de funções.

2.2. O programa de investimentos constantes do Anexo I à Proposta

Como já se referiu, o empréstimo de médio e longo prazo visado pela Proposta destina-se à cobertura das necessidades de investimento constantes do Anexo I à Proposta.

Ora, tal Anexo discrimina um Programa de Investimentos que tem como objectivo contribuir para a concretização do Plano Municipal de Reabilitação de Vias “Pavimentar Lisboa 2015-2020”, apresentado pelo Presidente da CML, Fernando Medina, a 9 de Julho de 2015⁶.

⁵ Cfr. n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

⁶ Conforme se pode consultar no sítio na Internet da CML (<http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/pavimentar-lisboa-2015-2020-1>), o programa prevê a recuperação e reabilitação nos próximos anos de cerca de 100 quilómetros de vias num total de 150 arruamentos. Um investimento estimado em 25 milhões de euros entre 2015 e 2017, num total de 50 milhões até 2020.

Para o Presidente da CML, Fernando Medina, o programa “pretende dar um salto quantitativo e qualitativo num dos principais problemas que aflige os lisboetas” e “criar mais segurança para quem circula nas vias, melhorar a mobilidade e criar maior conforto são os objectivos fundamentais deste programa”.

As intervenções, no âmbito do programa Pavimentar Lisboa 2015-2020, contemplam a recarga de pavimentos, assim como a reconstrução de fundo em algumas vias, mas também a eliminação de obstáculos nos passeios, o melhoramento de passeadeiras ou a introdução de pisos tácteis mais confortáveis e seguros para pessoas com mobilidade reduzida.

Serão ainda implementadas medidas como a introdução de sinalização horizontal e consequente eliminação de obstáculos nos passeios, rebaixamento ou alteamento das passeadeiras, criação de lugares de estacionamento para automobilistas com deficiência, motociclos e bicicletas. Sempre que necessário irão ser substituídas infra-estruturas de drenagem, incluindo colectores e instalação de contentores de resíduos em profundidade nalgumas zonas.

Fernando Medina anunciou ainda o plano de intervenções previstas. Assim, até final de 2015 serão intervencionados cerca de 40 arruamentos, num investimento estimado em 10 milhões de euros, que inclui eixos de grande circulação de tráfego.

Destaque para Eixo da Avenida das Forças Armadas, Avenida dos Estados Unidos da América, Entrecampos e Campo Grande, Avenida Gago Coutinho mas também intervenções em zonas críticas como a Rua Rovisco Pais, cujo início dos trabalhos se prevê começar entre Setembro e Outubro; o Arco Cego, a Avenida Gualdim Pais, a Estrada de Chelas ou ainda a Avenida do Colégio Militar.

Para 2016 está prevista uma intervenção de fundo na 2ª Circular, de forma a tornar este eixo central numa via mais amigável, menos hostil e mais segura para as milhares de pessoas que a atravessam todos os dias. A Avenida 24 de Julho, Rua de São Bento e Calçada da Estrela são outras vias da cidade que no próximo ano vão sofrer intervenções.

Com efeito, o Programa de Investimentos associado ao empréstimo em causa concerne a reconstruções de vias e recargas de pavimentos previstas no aludido Plano de Reabilitação de Vias a implementar até ao final de 2016, que ascendem ao montante a financiar de 25 milhões de euros.

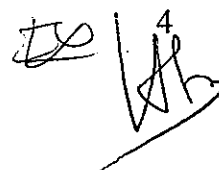
2.3. Condições fundamentais do empréstimo definidas pela CML

Vertidas na minuta do Ofício-Convite que constitui o Anexo II à Proposta, encontram-se as condições fundamentais do empréstimo de médio e longo prazo fixadas pela CML, a saber:

- «1. Montante: 25 milhões de euros;*
- 2. Prazo do empréstimo: 15 anos, com período de carência de 2 anos;*
- 3. Prazo de utilização: até 2 anos, após obtenção do Visto do Tribunal de Contas;*
- 4. Taxa de Juro: taxa variável (spread + EURIBOR a 6 meses);*
- 5. Amortização: o empréstimo deverá ser reembolsado em amortizações constantes de capital, com vencimentos semestrais, com preferência para pagamento das prestações nos meses de Maio e Novembro;*
- 6. Amortização antecipada: a CML poderá proceder à amortização antecipada de parte ou da totalidade do capital em dívida, sem qualquer custo ou indemnização, devendo a proposta fixar as condições para o efeito;*
- 7. Outras: a Proposta deverá mencionar quaisquer encargos indirectos, comissões ou outros custos, não sendo aceites comissões de imobilização;*
- 8. Prazo da consulta: as proposta deverão ser apresentadas, impreterivelmente até às 18 horas do próximo dia 6 de Julho, devendo ser enviadas ao meu Gabinete, sito no edifício municipal ao Campo Grande, n.º 25, 9.º - Bloco A, 1749-099 Lisboa, sem prejuízo de poder ser encaminhada por email para o endereço: dmf@cm-lisboa.pt.»*

2.4. Audição do Vereador João Paulo Saraiva, titular dos Pelouros das Finanças e dos Recursos Humanos

Em sede de 1.ª Comissão Permanente – Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos, em reunião que teve lugar no dia 22 de Julho de 2015, foi ouvido o Vereador das Finanças e dos Recursos Humanos, João Paulo Saraiva, bem como o Director Municipal de Finanças, Nélson Sousa, a fim de prestarem esclarecimentos sobre o teor da Proposta.



Da audição do Vereador João Paulo Saraiva, cumpre destacar o seguinte:

- i)* O empréstimo de médio e longo prazo a que se refere a Proposta constitui um importante instrumento de gestão autárquica;
- ii)* A contracção do empréstimo em causa, nas condições oferecidas pelo BPI (e que respeitam os termos previamente fixados pela CML), só é possível em virtude das boas condições de mercado proporcionadas ao Município;
- iii)* O empréstimo tem como finalidade fazer face à natural imprevisibilidade da angariação de receitas municipais, garantindo o financiamento necessário para um plano de investimentos relevante para a cidade (relembrando que a lei obriga à indexação do empréstimo a um programa/plano de investimentos);
- iv)* Apesar de, na presente data, não se prever a necessidade de utilização do crédito disponibilizado pelo empréstimo, o dever de boa administração da CML obriga à contratação do empréstimo em causa de modo a assegurar a realização do plano de investimentos constante do Anexo I à Proposta.

Da audição do Director Municipal de Finanças, Nélson Sousa, importa reter que:

- i)* Foi adoptado o procedimento habitual com vista à contratação do empréstimo em apreço, tendo, nessa conformidade, sido consultadas nove instituições que operam neste domínio, através de convite do qual constavam as condições previamente definidas pela CML a observar nas propostas das instituições bancárias;
- ii)* Das várias condições fundamentais estipuladas pela CML para a contratação do empréstimo, importa realçar a não existência de qualquer cláusula de penalização por força de amortização antecipada do empréstimo. Esta exigência justifica-se pelas condições de mercado favoráveis à CML que podem proporcionar, no futuro, a obtenção de crédito em melhores condições do que as que resultem do empréstimo vertente e, dessa forma, permitir a amortização antecipada do mesmo.

3. OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR

As forças políticas e os deputados independentes representados na 1.^a Comissão Permanente – Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos e, bem assim, o Deputado Municipal



Relator reservam as suas opiniões e o seu sentido de voto para o plenário da Assembleia Municipal onde será debatida e votada a Proposta.

4. CONCLUSÕES

Em consonância com o consignado no Programa de Governo da Cidade de Lisboa para o mandato autárquico 2013/2017, as medidas implementadas pela edilidade com o escopo de tornar progressivamente o espaço público acessível a todos com pavimentos mais seguros e cómodos, enquadram-se no âmbito da concretização do conceito de uma Cidade de Bairros, o qual se integra num dos eixos da acção governativa⁷: uma Cidade Mais Próxima que, para tanto, deve garantir a comodidade e segurança da circulação automóvel e pedonal nas suas artérias.

É justamente para dar cumprimento ao sobredito desiderato governativo da cidade que surge o Plano Municipal de Reabilitação de Vias “Pavimentar Lisboa 2015-2020”, apresentado pelo Presidente da CML, Fernando Medina, a 9 de Julho de 2015, que prevê a recuperação e reabilitação nos próximos anos de cerca de 100 quilómetros de vias num total de 150 arruamento e cujo investimento, de acordo com o programa de investimentos que constitui o Anexo I à Proposta, ascende, nesta fase, a 25 milhões de euros até ao final de 2016, num total de 50 milhões até 2020.

Ora, a contratação do empréstimo vertente visa garantir o financiamento necessário à concretização do programa de investimentos a ele associado e, por conseguinte, assegurar a execução de uma parcela muito significativa do Plano Municipal de Reabilitação de Vias. A este propósito, atentos os esclarecimentos aduzidos pelo Vereador João Paulo Saraiva, acima transcritos, note-se que existe a previsão de que a edilidade não venha a utilizar o empréstimo a contratar, configurando-se, assim, o recurso a este instrumento de gestão autárquica como

⁷ A acção governativa da cidade encontra-se estruturada em cinco grandes eixos: uma cidade mais próxima, empreendedora, inclusiva, sustentável, global, que articuladamente prosseguem os três objectivos estratégicos da cidade: uma cidade melhor, com mais oportunidades para viver e mais atractiva para as empresas.

uma assisada decisão de administração financeira⁸, porquanto torna seguro o financiamento do programa de investimentos inerente ao empréstimo ora proposto.

Por tudo quanto fica exposto, forçoso se torna concluir que a Proposta sobre a qual incidiu o presente parecer está em condições de ser debatida e votada em plenário da AML, a quem compete, nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea *f*) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, do n.º 2 do artigo 51.º e do n.º 5 do artigo 49.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, a prática dos actos propostos.

A apreciação da Proposta cumpriu o prazo fixado pela Presidente da AML ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de parecer.

5. ANEXOS

O Deputado Municipal Relator considerou desnecessária a junção ao presente parecer de quaisquer elementos documentais, nem tal foi solicitado pelos demais Deputados e Grupos Municipais.

O presente parecer foi aprovado por maioria com abstenção dos Deputados do PPD/PSD.

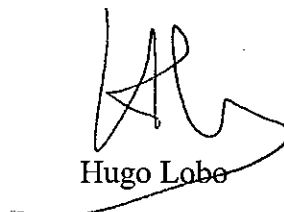
Lisboa, 27 de Julho de 2015.

A Presidente da 1.ª Comissão,



Irene Lopes

O Deputado Relator,



Hugo Lobo

⁸ Decorrente, aliás, do princípio da boa administração consagrado no artigo 6.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro, que deve ser observado por todos os órgãos da Administração Pública.